



## Desigualdades sociais e raciais na educação superior Brasileira

Social and racial inequalities in Brazilian higher education

Kátia Lima\*

 <https://orcid.org/0000-0002-2603-3690>

### RESUMO

O texto apresenta os resultados parciais dos estudos realizados em uma rede de pesquisadores vinculados a duas universidades federais. Parte da consideração de que o acesso à universidade pública concebido como um privilégio de classe, raça e etnia constitui um elemento estruturante da política de educação superior brasileira. Nesse sentido, o estudo examina os eixos centrais do desenvolvimento dessa política, dialogando com a obra de Florestan Fernandes para identificar como os nexos entre capitalismo dependente e heteronomia cultural resultaram em uma universidade que nasce e se organiza com a marca da intolerância ao acesso de trabalhadores e trabalhadoras, particularmente, negros e negras à educação superior. A partir da análise dos dados do INEP/MEC e PNAD/IBGE ressalta como esse elemento estruturante manifestou-se no período 2019/2022, articulando a intensificação da pauta neoliberal e o neoconservadorismo como fundamentos da movimentação tirânica da burguesia brasileira na arena política. Por fim, o texto evidencia a urgência na organização da classe trabalhadora resistindo às ofensivas burguesas condutoras das desigualdades sociais e raciais na educação e reafirmando a nossa pauta histórica em defesa da educação superior pública e gratuita.

### PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo Dependente; Heteronomia Cultural; Racismo; Contrarrevolução Burguesa; Educação Superior.

### ABSTRACT

The text presents partial results of studies carried out in a network of researchers linked to two federal universities. It starts from the consideration that access to public universities, conceived as a privilege of class, race and ethnicity, constitutes a structuring element of Brazilian higher education policy. In this sense, it examines the central axes of the development of this policy, dialoguing with the work of Florestan Fernandes, to identify how the links between dependent capitalism and cultural heteronomy resulted in a university that was born and organized with the mark of intolerance to access for workers and workers, particularly black men, and women, to higher education. From the analysis of data from INEP/MEC and PNAD/IBGE, it is highlighted how this structuring element manifested itself in the period 2019/2022, articulating the intensification of the neoliberal agenda and neoconservatism as foundations of the tyrannical movement of the Brazilian bourgeoisie in the political arena. Finally, the text highlights the urgency in

---

\*Assistente Social. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Docente da Escola de Serviço Social Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: [katialima@id.uff.br](mailto:katialima@id.uff.br)

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n47p69-85



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

organizing the working class, resisting the bourgeois offensives that lead to social and racial inequalities in education and reaffirming our historical agenda in defense of public and free higher education.

#### KEYWORDS

Dependent Capitalism; Cultural Heteronomy; Racism; Bourgeois Counterrevolution; Higher education.

### Introdução

**E**ste artigo apresenta os resultados parciais dos estudos realizados em uma rede de pesquisadores vinculados a duas universidades federais. Tais reflexões estão pautadas no esforço coletivo de análise da formação social brasileira; dos desafios educacionais de um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial e de como tais desafios incidem na formação e no trabalho do/a assistente social na área da educação.

Nesse sentido, este texto está estruturado em duas partes, além desta breve introdução. Em um primeiro momento, retomaremos a interlocução com o pensamento do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes para fundamentar a abordagem do desafio educacional na formação social brasileira. Em um país marcado pela inserção capitalista dependente na economia mundial, pela heteronomia cultural e pela condição colonial permanentemente revitalizada, a burguesia brasileira não intenciona garantir sequer os direitos sociais inerentes ao próprio capitalismo como o acesso à educação superior pública e gratuita para os filhos e filhas da classe trabalhadora, particularmente, negros e negras. A articulação entre o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão dependente de educação, em consonância com o pensamento florestaniano, cria as bases da concepção da educação como privilégio de classe, raça e etnia em nosso país.

Em um segundo momento, analisaremos como essa concepção se manifestou no período 2019/2022, marcada pela intensificação da pauta neoliberal associada ao neoconservadorismo, dois fundamentos da movimentação tirânica da burguesia na arena política, expressando as novas faces da contrarrevolução burguesa no Brasil.

O exame dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (INEP/MEC/2023) e da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE/2022) sobre a desigualdade social, racial e educacional, no período acima indicado, demonstra que a ofensiva burguesa materializou-se na política de educação superior a partir de três eixos condutores: (i) a privatização, por meio do aumento de Instituições privadas de ensino superior e de matrículas nessas instituições associado ao subfinanciamento das universidades federais e a apresentação do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores/Future-se; (ii) a busca pelo controle ostensivo do conhecimento científico produzido nas universidades federais mediante os ataques sistemáticos à autonomia universitária e (iii) o aprofundamento da dualidade educacional, especialmente, no contexto pandêmico (pandemia do SARS CoV-2 – 2020/2022).

Por fim, o texto evidencia a urgência de organização da resistência às ofensivas burguesas, reafirmando a pauta histórica da classe trabalhadora em defesa da educação pública e gratuita e o enfrentamento da concepção da educação como privilégio de classe, raça e

etnia, implementada, em tempos recentes, pelas frações mais agressivas da burguesia brasileira parceiras históricas do imperialismo.

### **Capitalismo dependente, heteronomia cultural e educação**

Para analisarmos as desigualdades sociais e raciais na educação superior precisamos apreender como se manifestam as contradições constitutivas da formação social brasileira. Um primeiro aspecto merece destaque: o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não pode ser concebido como mera repetição de modelos das economias centrais. Precisamos apreender as funções econômicas e políticas do colonialismo e do neocolonialismo no desenvolvimento do capitalismo, articulando universalidade, particularidades e singularidades para o exame do papel da América Latina e, especialmente, do Brasil na economia mundial.

Um processo marcado pelo trabalho forçado de indígenas vinculado ao apagamento de sua cultura e seu genocídio; a exploração ilimitada dos recursos naturais do território brasileiro e o trabalho escravizado de negros e negras sequestrados/as da África, ações que incidiram na própria conformação dos elementos estruturais e dinâmicos da nossa formação econômico-social.

Nesse sentido, as análises elaboradas por Florestan Fernandes (1968, 1975a, 1975b) evidenciam que, ao mesmo tempo em que a burguesia nascente conduziu a revolução burguesa, ela foi incapaz de romper, por opção política, com as estruturas sociais, culturais e econômicas do mundo colonial acima indicadas, que foram sistematicamente revitalizadas, respondendo às necessidades das elites locais e do mercado mundial, em face da função de natureza heteronômica que a economia nacional preenchia no mercado mundial, configurando uma condição colonial permanente, definida por Fernandes nos seguintes termos:

Está claro que essa condição se altera continuamente: primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois se associa ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade, vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do país, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo da dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante (Fernandes, 1968, p.26).

O autor (1968, 1975a e 1975b) examina como a organização da sociedade de classes ocorreu, em nosso país, sem uma burguesia revolucionária que rompesse com a mentalidade do senhor rural. A burguesia local se forja na relação que articula o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico, consubstanciando os vínculos entre os setores mais conservadores e reacionários com o imperialismo para realização do rateio do excedente econômico.

As análises florestanianas evidenciam, dessa forma, que não se pode explicar a revolução burguesa no Brasil como um processo de vitória do capitalismo sobre uma oligarquia decadente, reacionária e anticapitalista, pois, aqui não tivemos uma burguesia em conflito

de vida e morte com a aristocracia agrária. Tal processo estrutura, inclusive, os limites da descolonização no Brasil. Fernandes analisa como o processo de emancipação política ocorreu sem que a descolonização fosse esgotada. Pelo contrário. Foi preciso que

[...] a descolonização fosse contida e, ao mesmo tempo, se desenrolasse sinuosamente, como um processo ultra prolongado. Ainda lutamos não só com as sequelas de estruturas “herdadas” da era colonial ou da escravidão. Vemos como o capitalismo competitivo ou, em seguida, o capitalismo monopolista, revitalizam muitas dessas estruturas, requisito essencial para a intensidade da acumulação do capital ou a continuidade de privilégios, que nunca desaparecem, e de uma exploração externa, que sempre muda para pior (Fernandes, 1979a, p.4-5).

Assim sendo, o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas; de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais formatam uma modalidade duplamente rapinante do capitalismo, forjada por uma mentalidade burguesa extremamente reacionária, egoísta e estreita, que realiza uma superexploração do trabalho, gerando frações da classe trabalhadora apartadas do acesso às condições mínimas de vida inerentes ao próprio capitalismo (Fernandes, 1975b). No mesmo sentido, o conservadorismo estrutura a formação social brasileira, reciclando elementos do colonialismo e do escravismo, como o racismo estrutural, a misoginia associada ao patriarcado, a homofobia e a naturalização da violência, expressando, assim, o caráter autocrático da burguesia local.

Em nosso país, os padrões de expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa demandam, portanto, uma ação contrarrevolucionária permanente e prolongada para garantir a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder burguês (Fernandes, 1979a, 1980, 1981). Dessa forma, a expansão do capitalismo dependente realiza a renovação, com novas aparências, do próprio capitalismo dependente, fazendo com que a frágil democracia restrita, em curso historicamente no Brasil, sob qualquer ameaça mínima à estabilidade da ordem burguesa, adquira a feição de uma catástrofe iminente, provocando estados de extrema rigidez estrutural conduzidos pelas frações mais agressivas da burguesia brasileira associadas ao imperialismo. Daí a compreensão da autocracia burguesa pelo poder ilimitado de uma classe estabelecido no capitalismo dependente. Sequer a democracia de participação ampliada é empreendida pela burguesia brasileira, mas tão somente a esvaziada democracia restrita ofertada apenas aos considerados “mais iguais”, isto é, às classes dominantes.

É nesse quadro analítico que está localizada a crítica de Florestan Fernandes (1972, 1989, 2008) ao mito da democracia racial. A crítica florestaniana encontra suas bases na análise da manifestação da heteronomia racial sob a aparência de absorção irrestrita de homens e mulheres, negros e negras, na sociedade de classes. Assim, o mito omite, até os dias atuais, a persistência de uma diretriz ambivalente de repulsa ao tratamento igualitário do negro sob o aparente acatamento de requisitos do regime de classes.

Esta perspectiva analítica evidencia que a funcionalidade do mito da democracia racial em uma sociedade de classes marcada pelo capitalismo dependente se expressa em três

nucleações que criam as bases do racismo estrutural em nosso país: (i) a manutenção de uma superpopulação excedente excluída ou incluída de forma subalternizada no mercado de trabalho e na educação; (ii) a aparência de uma igualdade jurídica/formal “para todos”, negros e brancos, omitindo que a heteronomia racial é um traço estruturante do capitalismo dependente e (iii) a resposta do Estado autocrático burguês para o enfrentamento da histórica conjugação entre heteronomia econômica, política e social e heteronomia racial: a criminalização, o encarceramento e o extermínio do trabalhador negro.

Analisando o dilema racial brasileiro, Florestan Fernandes (2008) encontra suas raízes no impasse gerado, por um lado, pela necessidade da mercantilização do trabalho livre e da defesa da igualdade e da liberdade na ordem competitiva e, por outro, pelos comportamentos efetivos de subalternização dos homens e mulheres, negros e negras.

A partir dessas análises, o pensamento florestaniano considera que o padrão compósito de hegemonia burguesa instaurado no Brasil faz com que a conservadora burguesia brasileira tenha dificuldades em garantir até mesmo as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo. Para uma sociedade que não viveu a revolução burguesa clássica, a concepção burguesa de revolução educacional significa um conjunto de avanços relativos que podem ameaçar a superconcentração de renda, prestígio social e poder.

Nesse quadro, o padrão dependente de educação superior garante materialidade à heteronomia cultural na medida em que expressa o papel desse nível de educação nos países da periferia do capitalismo: (i) a constituição de um importante campo de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais; (ii) a transmissão e adaptação de conhecimentos produzidos nos países centrais para formação aligeirada da classe trabalhadora e (iii) a formação qualificada de quadros dirigentes, quando direcionada aos filhos e filhas da burguesia.

O desafio educacional brasileiro, para o pensamento florestaniano, nasce, por conseguinte, da articulação dos padrões dependentes de desenvolvimento e de educação superior. Se a universidade é organizada, no Brasil, para responder às demandas das elites locais, com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção burguesa de mundo sob a imagem de uma política inclusiva. Trata-se, dessa forma, de uma expansão sempre relativa e seletiva direcionada aos/às estudantes brancos/as e filhos/as da burguesia brasileira.

No livro *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução*, Fernandes (1975c, p. 56) analisa como se deu essa expansão pela estruturação de um “padrão brasileiro de escola superior”, resultado da associação dos padrões dependentes de desenvolvimento e de educação superior. O referido autor (1975c, p. 67) ressalta como os limites da “universidade conglomerada”, criada a partir do somatório de escolas isoladas e da transplantação do conhecimento produzido nos países hegemônicos, fundamentarão a histórica heteronomia cultural, demarcando o processo que Fernandes (1975c, p. 84) identifica como “colonialismo educacional”. Tal processo articula a desigualdade econômico-social e

a desigualdade racial como duas faces de um projeto de educação superior para os países capitalistas dependentes sob a condução do imperialismo e de sua parceira local, a burguesia brasileira.

Analisando os dados da composição racial da população dos diplomados com base no Censo de 1950, Fernandes destaca a desigualdade racial no acesso à universidade como um elemento estruturante do capitalismo dependente, na medida em que “ninguém é igual, de fato, perante a lei. Mas a desigualdade assume um teor extremo na distribuição das oportunidades educacionais, com implicações sociopáticas irretorquíveis no nível do ensino superior” (Fernandes, 1975c, p. 139).

Uma das fases dessa expansão relativa e seletiva do acesso à educação superior foi realizada pelo regime burguês-militar. Um processo que ocorreu, segundo Fernandes (1975c), de forma combinada com (i) o aumento significativo do setor privado na área educacional (atendendo às políticas dos organismos internacionais, como o Acordo MEC-USAID); (ii) o controle do processo de produção do conhecimento científico que limitava as críticas ao capitalismo e suas ações contrarrevolucionárias, e (iii) a reciclagem da dualidade educacional pela oferta de uma educação aligeirada para a classe trabalhadora e uma educação articuladora do ensino e da pesquisa para a burguesia.

Esses elementos políticos não foram superados sequer pelo processo instaurado na Assembleia Constituinte, pois, a Constituição de 1988, com o seu caráter híbrido e ambíguo (Fernandes, 1975c), manteve a privatização do público e a distribuição de verba pública para o setor privado — laico e confessional —, por meios diretos ou indiretos e também manteve a dualidade educacional apresentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9394/1996 pela diversidade de instituições de ensino e de itinerários formativos diferenciados para os filhos da classe trabalhadora (cursos de curta duração, ensino a distância, cursos de tecnólogos, entre outras estratégias de aligeiramento da formação profissional) em curso no Brasil na década de 1990 e nas primeiras décadas do novo século.

Em relação ao controle ostensivo do processo de produção e socialização do conhecimento científico, o refluxo da contrarrevolução burguesa conduzido pelo regime empresarial-militar resultou na possibilidade de avanço da interlocução com diferentes matrizes do pensamento sociológico que proporcionam a crítica da ordem burguesa e seus fundamentos, impulsionando um profícuo debate, especialmente, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas.

Entretanto, tais ações de controle ostensivo do conhecimento científico serão retomadas, em tempos recentes, pelas frações mais agressivas da burguesia brasileira quando articularam a sua vitória na eleição presidencial, em 2018, conforme analisaremos a seguir. Na próxima seção, portanto, examinaremos como essa nova fase da contrarrevolução burguesa foi organizada no Brasil, no período 2019/2022, incidindo diretamente na política de educação superior.

## **Contrarrevolução burguesa e refuncionalização da educação superior**

Considerando, com base na interlocução estabelecida com o pensamento florestaniano, que o caráter autocrático da burguesia brasileira, analisado na seção anterior, é constitutivo do seu padrão de dominação, podemos observar como esta burguesia se movimentou em tempos recentes (2019/2022) buscando adequar-se aos dinamismos do capitalismo mundial. Florestan Fernandes (1975b, 1979a, 1979b, 1980) identifica que democracia restrita e Estado autocrático-burguês consubstanciam em nosso país um processo contrarrevolucionário permanente e prolongado que manifesta-se nas ditaduras burguesas ostensivas ou dissimuladas operacionalizadas por uma política econômica que atenda aos interesses do capital; pelo enrijecimento jurídico-político e a militarização das estruturas de poder para garantir a reprodução do padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico viabilizados pela superexploração do trabalho.

Nesse sentido, no contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo acirrada na segunda metade de 2008 (Sampaio Jr., 2017, 2020), as frações mais agressivas e conservadoras da burguesia brasileira operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o impeachment (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) da então presidenta Dilma Rousseff (2011/2016) tornou-se um golpe parlamentar-judiciário-midiático sem qualquer prova material. Esse processo instalou uma nova fase da contrarrevolução burguesa no Brasil efetivada, no período 2016/2018, pelo governo Michel Temer e, no período 2019/2022, pelo governo Jair Bolsonaro. Nos limites deste texto, problematizaremos o avanço da ofensiva burguesa constitutivo da contrarrevolução no governo Bolsonaro.

A vitória eleitoral dessa ofensiva foi uma resposta reacionária aos governos petistas (2003/2016) que realizaram um conjunto de ações dentro da ordem burguesa pelo acesso da classe trabalhadora às políticas focalizadas no alívio da pobreza (Ugá, 2004; Sampaio Jr., 2017). Fica evidente, como analisamos na primeira parte deste artigo em diálogo com a obra florestaniana, como a burguesia brasileira, por sua natureza autocrática, violenta, antissocial e antidemocrática, resiste aos avanços relativos inerentes à própria racionalidade burguesa.

A ofensiva realizada pelo Governo Bolsonaro apresentou como horizonte político o aprofundamento da pauta ultraneoliberal do Governo Temer (2016/2018) que teve no ajuste fiscal permanente a sua centralidade, bem como o avanço do neoconservadorismo, como refuncionalização do pensamento conservador constitutivo da mentalidade burguesa no capitalismo dependente, conforme examinamos na primeira seção deste artigo. Ao mesmo tempo em que operava um movimento de aprofundamentos da pauta do governo anterior, indicava, também, novidades pelo alargamento da violência contra a classe trabalhadora.

Importante analisar como os elementos estruturantes do capitalismo e, particularmente, do capitalismo dependente manifestaram-se no período acima indicado. Observemos que, na ordem burguesa, a reprodução da exploração econômica e da movimentação lucrativa da burguesia ocorre articulada à difusão da sua concepção de mundo como uma

concepção de mundo universal. Temos acordo com as análises de Dias (1999) quando examina como o capitalismo, ao construir a sua racionalidade, organizou não apenas os seus aparelhos materiais de produção mas, também, suas premissas político-ideológicas.

Assim, a racionalidade burguesa, alicerçada no binômio igualdade-liberdade, opera, de fato, a decomposição da totalidade da vida social em esferas cindidas: os campos da economia e da política. A igualdade pode ocorrer na esfera política (o direito de cada cidadão ao voto), mas não pode se manifestar na esfera econômica, pois a desigualdade econômica geradora da concentração de capital, prestígio e poder é elemento fundante da ordem burguesa. No mesmo sentido, a liberdade defendida pela racionalidade burguesa objetiva a movimentação lucrativa da burguesia avançando em todas as áreas e em todas as regiões e países. O discurso reiterado sobre a importância do livre mercado oculta, inclusive, o papel fundamental do Estado burguês como garantidor das políticas de acumulação e reprodução do capital pelo arcabouço político e jurídico que elabora e sustenta.

Tais análises evidenciam que exploração econômica e dominação ideológica são duas faces do projeto burguês de sociabilidade que se manifestam como um elemento constitutivo do capitalismo em suas diferentes fases. Quando examinamos as particularidades dessa racionalidade no contexto neoliberal, precisamos apreender que o neoliberalismo, como resposta burguesa à crise do capital nas décadas de 1970 e 1980, não se limita a um projeto econômico, em sentido restrito, na medida em que apresenta uma concepção de Estado, de políticas sociais, de trabalhador e de ordem societária.

Também nesse quadro analítico, o conservadorismo constitui-se como estratégia ideopolítica de reprodução da hegemonia burguesa. Quando a burguesia assume o papel de paladina da racionalidade burguesa, executa um conjunto de ações contrarrevolucionárias que objetivam manter, conservar e reproduzir a concentração de capital, de prestígio e poder burguês. Observemos, portanto, que estamos tratando, conforme a conceituação de Dias (1999) de uma unidade indissolúvel dentro de uma mesma racionalidade: exploração econômica e dominação ideológica.

Nesses termos é que buscamos apreender como essa unidade da racionalidade burguesa se manifestou no período 2019/2022 pelo aprofundamento da pauta ultraneoliberal e pela difusão do neoconservadorismo como bases constitutivas dessa nova fase da contrarrevolução burguesa em nosso país. Assim sendo, as “novidades” da “velha” pauta burguesa no governo Bolsonaro podem ser identificadas no aprofundamento de ações que já estavam em curso no governo anterior: a ampliação das medidas de austeridade fiscal via ajuste fiscal permanente e uma nova fase da contrarreforma do Estado e das contrarreformas da Previdência, da Saúde, da Educação e Trabalhista, efetivando mais uma etapa de duríssimos ataques aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Para garantia de aderência da classe trabalhadora à pauta acima indicada, o governo Bolsonaro recuperou e ampliou a difusão de uma concepção neoconservadora inerente à mentalidade burguesa no capitalismo dependente que encontrou ressonância em frações da classe trabalhadora organizadoras de manifestações racistas, machistas, misóginas,

homofóbicas e de militarização da vida que se apresentavam como a defesa da família, da pátria e dos valores religiosos e morais (Lima; Soares; Silva, 2022).

Precisamos, portanto, apreender que ultraneoliberalismo e neoconservadorismo, como essa unidade da racionalidade burguesa em tempos de contrarrevolução, respondem às necessidades do capitalismo de superexploração do trabalho e de ataque aos direitos sociais em tempos recentes. Daí a importância da retomada da análise florestaniana de que a contrarrevolução burguesa é um fenômeno mundial, que encontra um terreno fértil no capitalismo dependente, na medida em que a opção política da burguesia local pela composição com os setores mais arcaicos e com o imperialismo resultou na condução de uma democracia restrita, como analisamos na primeira seção deste artigo.

Articulada ao movimento de aprofundamentos da pauta do governo anterior, a análise das ações do Governo Bolsonaro evidencia, também, as novidades das ofensivas burguesas realizadas por um conjunto de ações violentas, especialmente, o incentivo a uma política de armamento da população pela reformulação do Estatuto do Desarmamento; a criminalização dos movimentos sociais pela tipificação das ocupações de propriedades rurais e urbanas organizadas pelos movimentos sociais como terrorismo e a intensa militarização das estruturas de poder.

No que se refere à política de educação superior, a análise dos dados do INEP/MEC (2023) e da PNAD/IBGE (2022) revela que a ofensiva burguesa materializou-se a partir de três eixos condutores: (i) a privatização, pelo aumento do número de instituições privadas de ensino superior e de matrículas nessas instituições articulada ao subfinanciamento das universidades federais e ao Programa Future-se; (ii) a busca pelo controle ostensivo do conhecimento científico produzido nas universidades federais, atacando à autonomia político-pedagógica dessas instituições; e (iii) o aprofundamento da dualidade educacional, pela permanente defesa da educação como privilégio de classe, raça e etnia, particularmente, no contexto pandêmico.

No que diz respeito ao primeiro eixo da refuncionalização da educação superior no período 2019/2022, a análise do *Censo da Educação Superior 2022. Notas Estatísticas* (INEP/MEC, 2023) revela que, em 2022, do total de 2.595 instituições de ensino superior/IES, 312 eram IES públicas e 2.283 IES privadas, gerando um total de 88% de IES privadas.

Se compararmos os dados oficiais de 2015 (ano anterior ao golpe) com os dados de 2022, encontramos as seguintes informações: em 2015, o total de IES era de 2.364, sendo 2.069 IES privadas, seguidas pelas IES estaduais (120), federais (107) e municipais (68). Em 2022, o número de IES aumentou (2.595), resultando em uma ampliação significativa de IES privadas no período 2015/2022: 231 instituições (MEC/INEP, 2015, 2023).

Também segundo o MEC/INEP,

em 2022, 4,7 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação. Desse total, 89% em instituições privadas [...]. No intervalo de 2012 a 2022, o número de ingressos variou negativamente -24,9% nos cursos de graduação presencial, enquanto nos cursos a distância aumentou 471,4% (MEC/INEP, 2023, p. 17).

Observemos, portanto, a concentração das matrículas no setor privado e o ensino a distância como fios condutores de uma formação aligeirada e dissociada da pesquisa e da extensão para a classe trabalhadora (LIMA, 2007, 2011). Cabe ressaltar, inclusive, que o fortalecimento do ensino superior privado ocorreu via Fundo de Financiamento Estudantil/FIES (Brasil, 2001) e Programa Universidade para Todos/PROUNI (Brasil, 2005), conforme analisado por Lima (2019) e Leher (2019).

A outra face da política de privatização manifesta-se pelo subfinanciamento das Instituições de Ensino Superior/IES públicas, particularmente, as instituições federais fundamentado na Emenda Constitucional 95/2016 (Brasil, 2016) e nos sistemáticos cortes orçamentários realizados pelo Governo Federal (Duarte; Lima, 2022). Segundo dados do *Projeto Sou Ciência* da UNIFESP disponibilizados por Mansur (2023), o orçamento das universidades federais brasileiras caiu 14,4% no período 2019/2022 e atingiu, em 2022, patamares inferiores a 2013. As análises de Mansur (2023) demonstram que a queda de financiamento público das universidades federais repercutiu tanto nas despesas correntes de pagamento de água, energia elétrica, internet, tinta para impressora e papel higiênico, como nas atividades das bibliotecas, restaurantes universitários e nas políticas de assistência estudantil garantidoras, com muitos limites, da permanência de parte dos estudantes na educação superior pública.

Nesse quadro de avanço da ofensiva burguesa, merece destaque também a apresentação do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores/Future-se (Brasil, 2020) concebido por Leher (2021) como uma das expressões da refuncionalização da universidade em conformidade com os requisitos da autocracia burguesa. Um programa que tem como foco a mercantilização da produção acadêmica das universidades federais e a apropriação dos patrimônios dessas instituições, transferindo-os para os fundos empresariais organizados pelas fundações de direito privado e capitalizando-os no mercado financeiro (Lima; Rola, 2020).

O segundo eixo da refuncionalização da educação superior no período 2019/2022 (a busca pelo controle ostensivo do conhecimento científico) ganhou materialidade articulado a um conjunto de ataques à educação pública, como o movimento “escola sem partido” (Penna, 2021); o homeschooling ou ensino domiciliar (Gussen, 2021) e a militarização das escolas públicas (Santos, 2020). No que diz respeito à educação superior, o controle ostensivo do conhecimento científico foi empreendido pelas críticas anticientíficas a um pretense marxismo cultural difundido nas universidades federais, concebidas como espaços de balbúrdia (ANDES/SN, 2022) e pela intervenção federal na escolha dos reitores dessas instituições, em um claro ataque à democracia interna das instituições federais de ensino.

No dossiê *Militarização do Governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES/SN (2021) apresenta a listagem das 24 Instituições Federais de Ensino Superior/IFES que sofreram intervenção federal no período de 2019/2021, quando o então presidente da República nomeou professores que não concorreram nas eleições para reitoria das instituições; nomeou o segundo ou terceiro lugar, desconsiderando a decisão da comunidade universitária no pleito eleitoral e, ainda, em algumas IFES, nomeou interventores vinculados à sua base de apoio político.

O terceiro eixo da refuncionalização da educação superior (o aprofundamento da dualidade educacional pela permanente defesa da educação como privilégio de classe, raça e etnia) pode ser apreendido a partir do breve exame dos dados apresentados por Silva (2020); Lima, Sousa e Martins (2021) e Alfano (2023). A análise desses autores demonstra como a histórica dualidade educacional ganhou expressões ainda mais severas em tempos recentes.

Silva (2020) analisa as transformações no acesso e no perfil do corpo discente no ensino superior a partir do exame da participação da população negra nesse nível de ensino, particularmente, no ensino superior federal, sobre o qual incide a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Para a autora, com base nos dados disponibilizados pela PNAD/IBGE e pelo Censo da Educação Superior em 2017,

Mesmo com a recente expansão, a educação superior continua a ser uma etapa muito seletiva da educação no país... Apenas dois em cada cem jovens negros de 18 a 24 anos frequentavam ensino superior em 1995, enquanto nove em cada cem brancos o faziam. Além disso, sobre os que ingressavam, dadas as condições socioeconômicas, ainda pesava a conciliação dos estudos com o trabalho de modo ainda mais acentuado. Além da restrição do acesso, note-se a seletividade na escolha das carreiras – ou pela necessidade de realizar cursos que permitam alguma conciliação laboral ou que possam ser financiados em suas mensalidades e materiais, ou, no caso de instituições públicas, pela dificuldade inerente ao ingresso e permanência nos cursos de maior concorrência, praticamente inacessíveis para aqueles com frágeis trajetórias educacionais (Silva, 2020, p. 9).

Apesar dos avanços relativos conquistados com a política de cotas, com base nos referidos dados, Silva ressalta que

Em 2017, a população negra correspondia ainda a apenas 32% das pessoas com ensino superior concluído, em contraste com 55,4% de participação na população total... Ademais, considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros têm ensino superior completo, enquanto este é o maior nível de instrução para 22,9% da população branca (Silva, 2020, p. 25).

Segundo Lima, Sousa e Martins (2021), essa dualidade transformou-se em um verdadeiro *apartheid* educacional, particularmente, no contexto pandêmico.

Tal *apartheid* educacional fica evidente quando analisamos os dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação de 2018 que destaca o uso de equipamentos de TIC por domicílio. Segundo o Centro, o equipamento mais utilizado nos domicílios é o aparelho celular com 93%, em percentual menor tem-se 27% referente a computador portátil e 19% o computador de mesa e apenas 14% tablet (CETIC, 2018). Este dado ganha notoriedade quando associado a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua/IBGE, que no quarto trimestre de 2017, efetivou levantamento acerca do acesso à Internet, identificando que 69,9% dos domicílios têm acesso à internet, sendo que desse percentual, 97% têm acesso pelo celular (Lima; Sousa; Martins, 2021, p. 561).

No mesmo sentido, Alfano (2023) analisa as novas faces da histórica desigualdade social e racial na educação superior, demonstrando que de 2016 a 2022 a proporção de

universitários negros caiu em relação aos brancos. Também, segundo o autor, diante do contexto pandêmico e do *apartheid* educacional acima mencionado,

o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) registrou, em 2021, o menor número de inscritos desde 2007. Além dessa queda no total absoluto de candidatos, houve também uma redução mais acentuada na participação de pretos, pardos e indígenas, em comparação com a última edição da prova (Alfano, 2023).

A desigualdade social e racial na educação superior também aparece nos dados do Informativo da PNAD/IBGE (2022, p. 8): “36,7% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,2% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 26,2% das de cor preta ou parda, com apenas 15,3% cursando ensino superior”.

Podemos afirmar, portanto, que no recente contexto contrarrevolucionário (2019/2022) estava em curso uma profunda refuncionalização da política de educação superior, marcada pela desestruturação do Estado brasileiro e das políticas públicas, colocando, na ordem do dia, um conjunto de protestos e atos que foram organizados pelos movimentos sociais; o movimento sindical e o movimento estudantil em defesa da educação pública, configurando uma verdadeira *tsunami* da educação (ANDES/SN, 2019).

### **Considerações Finais**

As breves análises acima apresentadas evidenciam que o dilema educacional brasileiro só pode ser apreendido quando inscrito nos nexos estruturantes de uma sociedade capitalista dependente. A problematização desses nexos deixa claro que os limites da expansão da educação superior pública em nosso país são determinados pelos interesses imperialistas associados a uma burguesia local extremamente antinacional e antissocial, cuja mentalidade encontra suas raízes na mentalidade racista e violenta do senhor rural reciclada cotidianamente no capitalismo dependente.

O exame dos dados recentes revela a atualidade das análises de Florestan Fernandes quando afirmava que a desigualdade social e racial brasileira se manteve inalterável, ainda que renovando constantemente as condições materiais, éticas e políticas para a sua reprodução incessante. Nesse quadro, está preservada até os dias atuais a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder burguês como elemento fundante das desigualdades sociais e raciais na educação superior.

Dessa forma, o padrão dual de expropriação do excedente econômico calcado na superexploração do trabalho e articulado ao padrão compósito de hegemonia burguesa estrutura a formação social brasileira, reciclando elementos do colonialismo e do escravismo, como o racismo estrutural, a misoginia associada ao patriarcado, a homofobia e a naturalização da violência, expressando, por fim, o caráter autocrático da burguesia local que, em tempos de crise do capital, refunda as ações contrarrevolucionárias para garantia da sua movimentação tirânica na arena política.

Nesses termos foi que buscamos identificar como a unidade indissolúvel da racionalidade burguesa, alicerçada no ultraneoliberalismo e no neoconservadorismo, como bases constitutivas dessa nova fase da contrarrevolução burguesa se manifestou no período 2019/2022. Procuramos analisar, nos limites deste artigo, as “novidades” da “velha” pauta

burguesa no governo Bolsonaro pelo aprofundamento de ações que já estavam em curso no governo anterior como a ampliação das medidas de austeridade fiscal; uma nova fase da contrarreforma do Estado e das contrarreformas da Previdência, da Saúde, da Educação e Trabalhista efetivando mais uma etapa de duríssimos ataques aos direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Para garantia de aderência da classe trabalhadora à pauta acima indicada, o governo Bolsonaro recuperou e ampliou a difusão de uma concepção neoconservadora inerente à mentalidade burguesa no capitalismo dependente expressa em manifestações racistas, machistas, misóginas, homofóbicas e de militarização da vida que se apresentaram como a defesa da família, da pátria e dos valores religiosos e morais sob o lema: Deus, Pátria e Família, uma versão ampliada do lema do movimento fascista Ação Integralista Brasileira/AIB, na década de 1930.

A análise das ações contrarrevolucionárias realizadas no Governo Bolsonaro evidencia, também, as novidades das ofensivas burguesas pelo incentivo a uma política de armamento da população via reformulação do Estatuto do Desarmamento; a criminalização dos movimentos sociais pela tipificação das ocupações de propriedades rurais e urbanas organizadas pelos movimentos sociais como terrorismo e a intensa militarização das estruturas de poder.

No que se refere à política de educação superior, o estudo dos dados do INEP/MEC e da PNAD/IBGE evidenciou que a ofensiva burguesa materializou-se (i) pela sua privatização diante do aumento do número de instituições privadas de ensino superior e de matrículas nessas instituições associado ao subfinanciamento das universidades federais e ao Programa Future-se; (ii) na busca do controle ostensivo do conhecimento científico produzido nas instituições federais de ensino superior, pela sua desqualificação e identificação como espaço de balbúrdia e, também, pela intervenção federal nas eleições dessas instituições e (iii) no aprofundamento da dualidade educacional, reafirmando a concepção da educação como privilégio de classe, raça e etnia, particularmente, no contexto pandêmico.

Estas breves reflexões revelam que, para enfrentar as desigualdades sociais e raciais na educação superior é necessária a ampliação das lutas contra todas as formas de opressão de classe, raça e etnia, opressões estruturantes da sociabilidade do capital, que são recicladas e ressignificadas pelo capitalismo dependente e pela autocracia burguesa, desde o Brasil colônia, particularmente, em tempos árduos de contrarrevolução, como vivemos no período 2019/2022. Um projeto que foi derrotado nas ruas e nas urnas, ao final de 2022, mas que ainda exige de todos/as nós que permaneçamos atentos/as e fortes, pois muitas lutas coletivas ainda nos aguardam.

## Referências

ALFANO, Bruno. Proporção de negros nas universidades cai pela primeira vez desde 2016. 2023. **O Globo**, 8 jun. 2023. Não paginado. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/06/proporcao-de-universitarios-negros-cai-pela-primeira-vez-desde-2016.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2024.

ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Tsunami da Educação: Protestos acontecem em todos os estados no DF**. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/tsunami-da-educacao-protestos-acontecem-em-todos-os-estados-e-no-df1>. Acesso em: 30 maio 2023.

ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino**. 2021. Brasília, DF: Sindicato Nacional, 2021.

ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior**. 2022. Brasília, DF: Sindicato Nacional, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.076, de 2 de junho de 2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores — Future-se. Brasília (DF): Congresso Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=225432>. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília (DF), 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Brasília (DF), 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília (DF), 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. IFCH/UNICAMP. n. 29, set. 1999.

DUARTE, Janaína L. N.; LIMA, Kátia. Fascistização e educação superior. O futuro da universidade pública em xeque. **Argumentum**, Vitória, v. 14, p. 7–25, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão popular, 1975c.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: HUCITEC, 1979b.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

GUSSEN, Ana Flávia. A quem interessa o homeschooling? **Revista Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-quem-interessa-o-homeschooling/>. Acesso em: 31 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2015**. Brasília (DF), 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_Superior\\_2015.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf). Acesso em: 7 mar. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP (Brasil). **Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2022**. Brasília (DF), 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf). Acesso em: 7 mar. 2024.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. 2021. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, p. 1–19, e241425, 2021.

LIMA, Kátia. Educação a distância ou a distância da educação. **Revista Universidade e Sociedade** (Brasília), v. 39, p. 81–91, 2007.

LIMA, Kátia. A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, p. 19–47, 2011.

LIMA, Kátia. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, p. 513–524, 2019.

LIMA, Kátia. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. In: LIMA, K. (org.) **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia/MG: Navegando, 2020. p. 61–76.

LIMA, Kátia; ROLA, Alexandre. Por que somos contra o Programa Future-se? **Projeto Antiteses**. Brasília: POLITIZA/PPGPS/UnB, 2020. Disponível em: [https://www.projetoantiteses.com/\\_files/ugd/db28ff\\_7940e76920484c109008d124f8ad9f96.pdf](https://www.projetoantiteses.com/_files/ugd/db28ff_7940e76920484c109008d124f8ad9f96.pdf). Acesso em: 02 nov. 2021.

LIMA, Kátia; SOUSA, Adrianycy; MARTINS, Lívia P. Ensino remoto emergencial e a intensificação do trabalho docente. **Revista Libertas**, v. 21, n. 2, p. 554–573, 2021.

LIMA, Kátia, SOARES, Lucia, SILVA, Lucilia C. (org.). **Neoconservadorismo, ataques aos direitos humanos e religiosidades: posicionamentos urgentes ao Serviço Social**. Uberlândia/MG: Navegando, 2022.

MANSUR, Rafaela. Orçamento das universidades federais caiu 14% nos 4 anos de Bolsonaro, apontam pesquisadores da Unifesp. **O Globo**, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/12/11/orcamento-das-universidades-federais-caiu-14percent-nos-4-anos-de-bolsonaro-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2024.

PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. 2021. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 37, p. 143–155, jul./dez. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA/PNAD/IBGE. **Informativo Educação**. 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf). Acesso em: 7 mar. 2024.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. **Revista Contrapoder**. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/PLINIO-A-S-JR-Jornadas-de-2013-e-a-revolu%C3%A7%C3%A3o-brasileira.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS, Eduardo Junior Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. 2020. 442f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2020.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Texto para Discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA/ME, 2020.

UGÁ, V. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 55–62, nov. 2004.

*Submetido em: 25/3/2024*

*Aceito em: 25/3/2024*